

Governo lança Plano Nacional

sexta-feira, 21/9/90 □ 1º caderno □ 7

de Educação em outubro

O Ministério da Educação vai apresentar, mês que vem, o Plano Nacional de Educação do governo, informou ontem o ministro Carlos Chiarelli. Ele esteve na Escola de Comando do Estado Maior do Exército, no Rio, onde deu palestra a uma turma de coronéis, no curso de Política, Estratégia e Alta Administração. Sobre o plano, Carlos Chiarelli tem apenas informações genéricas e não definiu que diretrizes o MEC está reservando para a educação do país.

"Será um conjunto de medidas abrangendo da pré-escola à universidade, onde se tratará da universalização do ensino, do volume de recursos e cronograma de atividades", disse.

Segundo o ministro, o Plano Nacional de Educação ainda não foi apresentado, porque o MEC estava esperando, até o final do primeiro semestre, que fosse votada a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em tramitação no Congresso e que substituirá a atual Lei 5.692. Ele acredita que, com as eleições do dia 3 de outubro, e a conseqüente formação de um novo Congresso, a LDB demorará pelo menos um ano para ser aprovada. Até lá, vigorará o plano do MEC.

Por enquanto, o ministro está anunciando números. Seja para ilustrar o quadro negro da educação no país — onde, segundo ele, 70% das escolas rurais não têm vaso sanitário no banheiro —, seja para definir quanto o MEC pretende investir no ensino — como os Cr\$ 3.500 milhões que estão reservados para a faixa do pré-escolar, e os Cr\$ 18 bilhões para a compra de 66 milhões de livros didáticos, no ano que vem. Embora afirme que a prioridade do governo seja a universalização do ensino bási-

co, Chiarelli não dá indicações, além de números, da política do governo para se atingir este fim.

O MEC está repassando verbas aos estados, para que eles empreendam suas próprias estratégias. A condição para receber recursos é "acertar as contas" com o Ministério, comprovando como e onde gastaram dinheiro e se houve verbas mal aplicadas. "Ou você tem dúvidas de que isso aconteça no Brasil?", indagou o ministro. Amapá, Roraima, Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal, já fizeram o acerto. "Quatro desses estados tiveram que devolver ao MEC dinheiro de gastos não comprovados, para depois receberem nossos recursos", conta o ministro.

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, anunciado no dia 11 deste mês, já é parte do Plano Nacional de Educação, como informa Chiarelli. Mais uma vez, ele reafirmou sua intenção de dar escolaridade às 5.800 mil crianças que estão fora da escola e de alfabetizar 16 milhões dos 25 milhões de analfabetos.

Embora, no início do governo, o ministro tenha declarado seu objetivo de "erradicar o analfabetismo", ele agora evita utilizar essas palavras. "Não gosto muito da palavra erradicação. Soa como se estivéssemos tratando o analfabetismo como uma doença, quando o problema está na sociedade", declarou, repetindo o discurso de diversos educadores, que, em palestras, seminários ou pelos jornais, consideraram equivocada a intenção do MEC, por centrar-se mais na conseqüência do que nas causas deste quadro.